

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Lugares da cidade: os espaços de cultura e lazer na cidade de Natal nos anos 1960, as Praças de Cultura

Isa Paula Zacarias Ribeiro *

Resumo: Entre os anos de 1960 e 1964, a Prefeitura de Natal, sob a liderança do Prefeito Djalma Maranhão, dentro de seu plano de urbanização da cidade, desenvolveu o Programa de Democratização da Cultura nos Bairros. Esse programa objetivava levar aos bairros de Natal espaços de lazer e cultura. Seriam construídos em praças da cidade, parques infantis, quadras de esportes e praças de cultura. Nosso objetivo é analisar como esses espaços foram incorporados pelo poder público municipal, bem como perceber o espaço como experiência individual e coletiva. Como o grupo que estava no poder expressou visualmente seus valores na materialidade da praça e como seus frequentadores apropriaram-se do lugar.

Palavras-chave: praças de cultura, cultura popular, Djalma Maranhão

Abstract: Between 1960 and 1964, the City-Hall of the city of Natal, whose mayor was Djalma Maranhão, developed a Culture Democratization Program in his city urbanization plan. This program had the aim of bringing leisure and culture to the squares of Natal. They would be build in squares, infantile park, sports squares and cultural spaces. The goal of this paper is to analyze how these spaces were incorporated by the public municipal government, as well as to realize the spaces as individual and collective experiences. It also aims to analyze how the group in power expressed visually its values in materiality of the square and how its visitors assumed the place.

Key-words: cultural squares, popular culture, Djalma Maranhão.

Dentro da proposta do PPGH da UFRN que tem como área de concentração História e Espaços, propomos em nosso projeto trabalhar com a praça pública, numa análise que mostra os usos múltiplos da praça pelo poder público e pela população, dando a este espaço uma multiplicidade de significados e valores. Em 1961, a Prefeitura de Natal, através do *Programa de Democratização da Cultura nos Bairros*, instalou em praças da cidade quadras de esportes, parques infantis e praças de cultura. Este programa acontecia integrado com a campanha de erradicação do analfabetismo *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, movimento de educação popular promovido pela Prefeitura.

A campanha de educação popular *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler* foi um marco da administração Djalma Maranhão. Djalma Maranhão, principal liderança

* Graduada em História. Especialista em Arquivo, Memória e História e mestranda do PPGH/UFRN.

política da esquerda em 1960, administrou a cidade de Natal por duas vezes. Na sua primeira administração (1956-1959) adotou políticas voltadas para o ensino público, para o desenvolvimento de práticas culturais e para obras de infra-estrutura, visando o desenvolvimento social, cultural, econômico e físico da cidade.

Na sua segunda administração (1961-1964), o prefeito buscou dar continuidade às políticas desenvolvidas no governo anterior. Dialogando com os representantes de Comitês de Bairros, ainda durante a campanha eleitoral, educação e cultura são escolhidas como metas primeiras para a futura administração Maranhão. Djalma Maranhão priorizou projetos de assistência a população, como a construção e o equipamento de vários mercados e feiras públicas, as frentes de calçamento, a abertura de estradas de barro, a construção de quadras de esportes, de parques infantis, praças de cultura, de bibliotecas populares, campanha de educação popular *De Pé no Chão também se Aprende a Ler*, que atingiu vários bairros de Natal.

Quase todas as ações da prefeitura, principalmente as ações culturais, educacionais e de assistência a população aconteciam em função da campanha De Pé no Chão..., entretanto, alguns projetos ocupavam espaços específicos, fora do ambiente escolar. Foi o caso da Praça de Cultura, que ocupou a praça pública. A principal praça de cultura era localizada na praça André de Albuquerque, no centro da cidade.

A praça é essencialmente um espaço público que se confunde com a própria idéia de cidade. Se pensarmos numa história da praça a partir de autores que se dedicam ao estudo da cidade, das manifestações populares, da vida cívica vamos perceber que esse espaço nos permite olhares sobre a cidade. Estudiosos da cultura popular como Mikhail Bakhtin e Peter Burke, por exemplo, mostram que em momentos diferentes, espaços distintos, a multiplicidade de cenários e práticas se configuram na praça pública. É o espaço do sagrado, do poder público, das manifestações populares, das feiras, do comércio. Se pensarmos na antiguidade grega, veremos a ágora como o espaço dos embates políticos, lócus da ação jurídica, de práticas econômicas, de reunião de cidadãos.

Sendo assim, ter a praça pública como objeto de análise é compreender que esse espaço, como sugeriu Coradine num estudo antropológico sobre a Praça XV, em Florianópolis, surge “no cenário urbano com uma identidade própria, segundo o imaginário de cada época. Essa identidade corresponde às imagens e representações que são construídas a

partir de diferentes discursos, usos, olhares, que imprimem, a cada praça de cada cidade em diferentes épocas, diferentes significados.” (CORADINE, 1995:12). Tendo Certeau como referência pensar a pluralidade de representações que determinado espaço ganha a partir das práticas diversas.

A origem da Praça André de Albuquerque se confunde com a origem da cidade. Antes de ser denominada Praça André de Albuquerque, era a Praça da Matriz. A mudança de nome se deu em 1888, quando a Câmara Municipal de Natal mudou o nome da artéria chamada Rua Grande ou Praça da Matriz, como era conhecida para Praça André de Albuquerque, em homenagem a André de Albuquerque, líder da Revolução de 1817.

Traçando um quadro histórico da Praça André de Albuquerque perceberemos em diferentes momentos, uma diversidade de práticas, idéias, apropriações, usos, olhares. Sendo local marco de fundação da cidade, essa praça se configura como um espaço importante para a história local. Foi em torno dessa praça que toda administração pública se organizou: o Governo, a Justiça, Assembléia Legislativa, Erário Real e outras repartições públicas.

A Praça André de Albuquerque, em 1961, sofreu intervenção do poder público municipal e foi transformada num espaço cultural que se chamou de Praça de Cultura. Na praça foram construídos uma Galeria de Arte, Galeria de Arte Cândido Portinari, uma Concha Acústica, uma Biblioteca Popular intitulada Biblioteca José de Alencar. Atividades diárias eram realizadas nesses três setores e tudo era organizado pela Diretoria de Documentação e Cultura da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde da prefeitura de Natal. Outras duas praças de cultura funcionaram nos bairros das Quintas e das Rocas.

Propomos responder algumas questões: como a prefeitura incorporou esses espaços de cultura ao cotidiano da cidade, mostrando como se deu a organização do Programa de Democratização da Cultura nos Bairros, especificamente o trabalho desenvolvido nas praças de cultura? Como o grupo que estava à frente desse projeto se expressou na materialidade do espaço, expressando visualmente seus valores? Como a praça de cultura foi sendo praticada, apropriada por seus freqüentadores?

Colocamos aqui as contribuições de Carl Schorske (1988). Em sua análise sobre a cidade de Viena do final do século XIX, o autor nos mostra como o grupo que ascendeu o poder, em 1860, começou a remodelar a cidade à sua própria imagem, conseguindo fazer daquele lugar a expressão visual dos valores de um grupo.

Dentro dessa perspectiva, a apropriação da Praça André de Albuquerque pela prefeitura de Natal, e toda a transformação que se desenvolveu nesse espaço, só pode ser compreendida dentro de um momento histórico de limites bastante precisos, a partir do conhecimento das posturas políticas daquele grupo que estava ao lado de Djalma Maranhão e dele próprio, do conceito de praça de cultura e do que era concebido como cultura popular.

A cultura foi nessa época um instrumento de luta política, de crítica inovando na maneira de se ver a história e a política do país. Para Renato Ortiz o conceito de cultura popular se confundiu com a idéia de conscientização, de função política dirigida em relação ao povo. (ORTIZ, 1985: 72). De acordo com o autor, esses movimentos buscavam diagnosticar a existência de uma cultura alienada, importada dos países centrais e legitimar uma cultura nacional. No caso do Rio Grande do Norte, apesar de Djalma Maranhão ter tido sua trajetória política marcada pela militância no Partido Comunista, e ter se declarado marxista-leninista¹, não necessariamente se pregava uma revolução socialista, mas seu discurso era principalmente em defesa do nacionalismo. No jornal de sua propriedade, a “Folha da Tarde”, publicado semanalmente, trazia uma coluna fixa, e o nacionalismo era o tema principal.

Em ocasião do 1º Encontro de Alfabetização e Cultura Popular, realizado em Recife, em 1963, encontro este que foi uma primeira tentativa de reunir a produção dos vários movimentos de cultura popular do país, foi apresentada uma síntese que refletia o pensamento da campanha De Pé no Chão... que definia a cultura popular a partir de uma “compreensão mais profunda da situação de dominação externa a que está submetido o Brasil” [...] sendo então “tarefa fundamental da cultura popular, sobrepor a nossa cultura às culturas estrangeiras”. Posteriormente “assume a cultura popular um caráter de luta ao lado da formação de uma autêntica cultura nacional”, promovendo “a integração do homem brasileiro no processo de libertação econômico-social e político do nosso povo”. E por fim “essa cultura popular deve levar o homem a assumir o papel de sujeito da própria criação cultural, fazendo-o não apenas receptor, mas principalmente, criador de expressões culturais”.(GÓES, 2000:139-142). A cultura popular tinha um papel pedagógico, “de levar ao povo educação, cultura, levar o conhecimento de sua própria realidade”.²

¹ Em 1946, ao se desligar do Partido Comunista, publicou “Carta aberta ao povo e ao proletariado do Rio Grande do Norte”. Nesta carta escreveu os motivos que o levaram a sair do Partido e afirmou suas convicções políticas. A carta foi publicada no jornal “A República”, em 24 de abril de 1946.

² Entrevista concedida a autora em 31 de outubro de 2006.

A praça de cultura era então um espaço de cultura e lazer, mas também pedagógico. É preciso pensá-la dentro desse momento histórico específico em que o poder público pôde expressar seus valores a partir do uso do espaço público, dando a Praça André de Albuquerque novos sentidos.

Buscamos também como referência as concepções de Raimundo Arrais, que toma a cidade de Recife do século XIX como objeto de estudo, se referindo à cidade como um espaço que testemunha e instrui, na medida em que a cidade de Recife, naquele momento, foi investida de uma função pedagógica. “Em sua materialidade o lugar público foi objeto do esforço de administradores e médicos, que se empenharam em convertê-lo em meio de instrução e ensinamento dos novos costumes de civilidade, de ordem pública [...]”.(ARRAIS, 2004: 12) Considerando o espaço “a instância em que grupos sociais edificam obras materiais e inscrevem uma ordem simbólica”³, o autor vê a cidade do ponto de vista de seu espaço, mostrando os sentidos que acompanharam e nortearam a formação material da cidade.

Partindo desse princípio do espaço investido de uma função pedagógica, consideramos a praça de cultura como um espaço estratégico, na medida em que, as praças de cultura não eram apenas espaços de recreação, mas era um canal para atingir a população. A praça de cultura era uma extensão das atividades desenvolvidas nos Acampamentos⁴ da campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*. As atividades desenvolvidas na praça tinham como objetivo fazer “a cultura chegar ao povo sem problema nenhum, haver acesso de qualquer pessoa à cultura”.⁵

As praças de cultura foi uma idealização do Movimento de Cultura Popular (MCP) de Recife, iniciado em 1960, na prefeitura de Miguel Arrais. Auxiliares de Djalma Maranhão foram a Recife conhecer o MCP. (SILVA, 1999: 96). As praças de cultura se caracterizavam por serem espaços de recreação, de cultura, de arte, cinema, teatro, etc.⁶ Nas praças eram desenvolvidas atividades que se caracterizavam pela utilização de instrumentos como rádio, televisão, cinema, teatro, imprensa, biblioteca, música popular e folclórica, etc. (FÁVERO, 1983: 236).

³ Ibid.p.18.

⁴ A prefeitura de Natal, não construiu prédios escolares, construiu o que ficou conhecido como Acampamentos Escolares. Eram grandes barracões, com telhado coberto com palhas de coqueiro, o chão era de barro e não havia paredes separando as turmas de alunos.

⁵ Entrevista concedida a autora em 20 de setembro de 2006.

⁶ Em 1963 existiam cinco praças de cultura em Recife. Estavam localizadas nos bairros Casa Amarela, Iputinga, Várzea, Beberibe e Torre.

Tendo como referência o MCP, a Prefeitura de Natal trouxe a idéia das praças, da Galeria de Arte e das bibliotecas e adaptou a realidade da cidade. (SILVA, 1999: 97). Moacyr de Góes informa que a primeira experiência de Praça de Cultura foi no segundo semestre de 1961. Durante uma semana, uma praça da cidade foi ocupada com barracas para feira de livros, de discos e artes plásticas, artesanato, publicações, noite de autógrafos [...] (GÓES, 1991:100).

O funcionamento das Praças de Cultura era de responsabilidade da Diretoria de Documentação e Cultura. Dentro da organização administrativa da prefeitura existia uma Diretoria de Documentação e Cultura (DDC), subordinada a Secretaria de Educação, Cultura e Saúde do Município. Essa Diretoria era coordenada por Mailde Pinto, funcionária pública do correio, que em 1960 se integrou ao grupo de assessores de Djalma Maranhão. A DDC era responsável pela política cultural do município.

Essa diretoria era composta por uma equipe de trabalho que na época eram: Mailde Pinto (Diretora); Newton Navarro, Nísia Bezerra de Medeiros e Paulo de Tarso Correia de Melo (Assessoria Cultural); Mônica Viveiros (Secretaria Administrativa); Carlos Rios e Elifá Mamede (Setor de Biblioteca); Antônio Campos e Silva (Setor de Pesquisa); Newton Navarro e Iaponi Araújo (Setor de Museologia); e Glória Oliveira (Setor de Documentação Fotográfica e Hemeroteca).⁷

A DDC tinha como linha básica de seus programas, levar cultura para a população. Através do *Programa de Democratização da Cultura nos Bairros*, a DDC criou espaços culturais e de lazer para a população de bairros populares como a Cidade Alta, Rocas e Quintas.

Foi em 1962, que foram instaladas as praças de cultura de caráter permanente, que possuíam atividades diárias. Estavam localizadas nos bairros das Rocas e das Quintas. As praças eram administradas pela DDC. Nesse mesmo ano, foram instaladas em 10 praças da cidade quadras de esportes e parques infantis, localizados nos bairros: Tirol; Carrasco; Conceição; Quintas, Rocas, Dix-sept Rosado; Lagoa Seca, Redinha e outros (JORNAL FOLHA DA TARDE, 1962:1). Essas praças posteriormente seriam transformadas em praças de cultura.

⁷ Entrevista concedida a autora em 20 de setembro de 2006.

Em 1963, foi instalada no centro da cidade, na Praça André de Albuquerque, a terceira praça de cultura. Esta serviria de modelo para as praças de cultura que posteriormente viessem a ser construídas. Na Praça André de Albuquerque, a DDC mantinha uma Galeria de Arte, uma Biblioteca e uma Concha Acústica.

A Galeria de Arte foi inaugurada em 08 março de 1963, com uma mostra do pintor Francisco Brennand. Todos os dias a Galeria era aberta ao público natalense com mostras de arte popular, fotografia, pintura, desenho, cerâmica. Mailde Pinto contava com o apoio de intelectuais como Newton Navarro para a manutenção da Galeria de Arte. Segundo entrevista concedida a Maria da Guia Silva “nada se faz em arte que não passasse pelas mãos de Newton, criador da parte artística” (1999:98).

Paulo de Tarso em seu depoimento nos conta ainda que na Galeria de Arte da Praça André de Albuquerque tinha uma exposição permanente de Chico Santeiro, artista local que trabalhava com escultura em madeira. Havia também exposições didáticas. Essas exposições eram feitas com reproduções de artistas famosos. Cada exposição tinha um tema principal como impressionismo, ciclo natalino e outras festas populares ou sobre artistas como Picasso, por exemplo.⁸

Paulo de Tarso ainda destaca as exposições de poesia ilustrada:

a pessoa pegava um pedaço de papel e era escrito o poema e era feita a ilustração do poema pelo próprio autor do poema ou enviava-se para o Departamento de Cultura onde, o luxo dos luxos, Newton Navarro, que era o maior artista da cidade, fazia a ilustração do poema.⁹

As Bibliotecas Populares construídas pela Prefeitura nas praças, eram na verdade postos de empréstimos de livros, barracas de madeira abertas diariamente à tarde, das 15 às 18 horas, e à noite das 19 às 21 horas. (GÓES, 2000: 150). Nos meses de maio e julho de 1962, foram instalados dois postos de empréstimos, localizados nas praças de cultura das Rocas e Quintas. Dentro da proposta de valorização do nacional, essas bibliotecas receberam nomes de escritores nacionais. A biblioteca das Rocas recebeu o nome de Biblioteca Popular Monteiro Lobato, e a das Quintas, Biblioteca Popular Castro Alves.

⁸ Entrevista concedida a autora em 26 de setembro de 2006.

⁹ Entrevista concedida a autora em 26 de setembro de 2006.

Cada uma delas contava com um acervo de aproximadamente 2000 livros, ou mais precisamente o posto Monteiro Lobato, dispunha em setembro de 1963 de um acervo de 1784 volumes, enquanto a Castro Alves contava no mesmo período de 2360 volumes em suas estantes. Estes postos, embora localizados em bairros populares, como Rocas e Quintas, mantinham, no entanto um movimento surpreendente. Eram emprestados cerca de 80 a 120 livros diários, somando mensalmente uma média de 3000 livros. O público em sua maioria era infante-juvenil. O escritor favorito era Monteiro Lobato. (GERMANO, 1982:118).

O acervo das bibliotecas foi sendo constituído através de campanhas populares. Usava-se a seguinte frase: *O livro que está sobrando na sua estante é o livro que está faltando nas mãos do povo*. Uma caminhonete equipada com alto-falantes, percorria as ruas da cidade pedindo a população a doação de livros para compor o acervo das bibliotecas. Obras de Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade, George Eliot, Joseph Conrad, Michael Gold, Robert Nathan, Vasco Patroli, Saint Exupéry, Morris West, Jorge Amado, Raquel de Queiroz, Castro Alves, Monteiro Lobato entre outros constituíam o acervo das bibliotecas. (GALVÃO, 2004 :106-119).

O controle de entrada e saída dos livros era feito através do recibo das contas de água ou de luz.¹⁰ E a organização das bibliotecas ficou por conta de Zila Mamede, profissional pioneira no Estado em relação à organização de bibliotecas. Zila Mamede foi diretora da DDC antes de Mailde Pinto. Foi Zila Mamede quem organizou as bibliotecas populares e deixou seu irmão, Elifá Mamede responsável pelo setor de biblioteca da prefeitura. O trabalho nas bibliotecas populares não era realizado por bibliotecários, mas por funcionários da prefeitura que recebiam uma formação básica de Biblioteconomia.¹¹

Cada biblioteca contava com um jornal mural, afixado na parte externa das barracas. Esses murais eram constituídos de recortes de jornais locais e do Rio de Janeiro, substituídos dia sim dia não, o que possibilitava à população pobre acesso à leitura dos jornais. A estratégia da prefeitura para atrair a população era divulgação dos concursos de *miss* que na época tinham um apelo popular muito forte e “as pessoas vinham ler o jornal mural interessadas no concurso de *miss* e a partir dali se interessavam de leituras mais

¹⁰ Entrevista concedida a autora em 31 de outubro de 2006.

¹¹ Entrevista concedida a autora em 20 de setembro de 2006.

importantes, porque nesses barracões havia um acervo de livros de alta cultura, tanto brasileira quanto universal, ou de alto interesse cultural”.¹²

Com a criação da praça de cultura no centro da cidade, instalou-se a terceira biblioteca popular. Foi chamada de Biblioteca Popular Castro Alves. Essa biblioteca, diferente das outras duas, foi construída em caráter definitivo, de alvenaria, e ficava no térreo da Concha Acústica, com estante de aço e mesinha para os leitores.

Segundo Moacyr de Góes as homenagens prestadas a José de Alencar, Castro Alves e Monteiro Lobato, como patronos das bibliotecas populares, tinham suas raízes nas lutas de emancipação da cultura do povo brasileiro. José de Alencar, o nativismo; Castro Alves, o social; Monteiro Lobato, o econômico. “Eram alicerces do Plano de Democratização da Cultura ganhando profundidade na consciência do povo”. (GÓES, 2000:151).

Era principalmente na Praça André de Albuquerque que aconteciam as atividades organizadas pela DDC. Segundo Paulo de Tarso “havia as apresentações musicais, as apresentações teatrais, havia conferências na praça”. Na Concha Acústica, eram realizadas conferências dos mais variados temas desde cultura, música e principalmente política. Segundo Nísia Bezerra, professora aposentada da UFRN, e que na época junto com Paulo de Tarso e Newton Navarro compunha a Assessoria Cultural da Prefeitura “temas sobre políticas eram comuns” e a presença de Djalma era constante, seja no palanque ou na platéia.¹³ Além disso, era comum a leitura em praça pública de textos previamente selecionados “dentro do nosso plano de conscientização das massas através da leitura”. Esses debates em geral eram conduzidos por estudantes universitários. (DIÁRIO de Natal, 24 fev. 1964). Havia também na praça “um sistema de som onde eram colocados programas de difusão de discos, de música popular, de música erudita, brasileira e internacional e era feito diariamente a leitura de um noticiário do dia a dia da Prefeitura”. [...] ¹⁴

A praça de cultura André de Albuquerque foi à materialização de um projeto social que visava à formação de uma autêntica cultura nacional. O grupo que esteve à frente desse projeto pode expressar seus valores, imprimindo significados à praça, desde a concepção do que seria uma praça de cultura até seus elementos constitutivos. Mas é somente a partir dos relatos de memória sobre a praça de cultura André de Albuquerque é que

¹² Entrevista concedida a autora em 20 de setembro de 2006.

¹³ Entrevista concedida a autora em 26 de setembro de 2006.

¹⁴ Entrevista concedida a autora em 20 de setembro de 2006.

poderemos perceber como seus frequentadores olharam, usaram, apropriaram-se da praça. Pensando a praça de cultura como construção, como elaboração do sujeito sobre o lugar, como nos mostra Certeau percebendo o espaço como um lugar onde as pessoas agem, moldam e são moldadas.

Referências

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

CERTEAU, Michel. de **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer, Petrópolis/RJ, Vozes, 1994.

CORADINI, Lisabete, **Praça XV**: espaço e sociabilidade, Florianópolis/SC, Letras Contemporâneas, 1995.

DIÁRIO DE NATAL, 20 de fevereiro de 1964.

FÁVERO, Osmar (Org.). **Cultura popular e educação popular**: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FOLHA DA TARDE, abril de 1962.

GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo**: “a campanha De Pé no Chão”. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982. (Coleção Teoria e Prática Sociais).

GÓES, Moacyr. **De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964)**: uma escola democrática. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1991.

GÓES, Moacyr de (Org.). **2 Livros de Djalma Maranhão no exílio**. Natal: Artiprint, 2000.

SCHORSKE, Carl. **Viena fin-de-siècle**: política e cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Maria da Guia de Souza. **Djalma Maranhão ou semeador de utopias da transformação social**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRN, Natal, 1999.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e identidade nacional**. 3.ed.São Paulo: Brasiliense, 1985.

Entrevistas:

Roberto Furtado Secretário de Negócios Internos e Jurídicos na primeira administração e Secretário de Finanças na segunda administração. 19/05/03.

Paulo de Tarso Correia de Melo Assessor Cultural da DDC, em 1960. 20/09/06.

Nízia Bezerra de Medeiros Assessora Cultural da DDC, em 1960. 26/009/06.

Mailde Pinto Galvão Diretora da DDC, em 1960. 31/10/06.

José do Nascimento, engraxate, trabalha na praça Pe. João Maria, mora em frente a Praça André de Albuquerque há 58 anos. 15/01/07.

Ardebal Marques Bezerra Artesão, trabalha na praça Pe. João Maria, mora em Natal desde 1937. 19/01/07.